

ESTUDOS

Em homenagem a Jacques Le Goff

Adelto Gonçalves

Os 80 anos de vida do medievalista francês Jacques Le Goff, a serem completados no começo de 2004, já foram comemorados antecipadamente em 2003 pela Associação Brasileira de Estudos Medievais com um número especial da revista *Signum*, criada há cinco anos, dedicado a discutir a obra do grande historiador. Além de um artigo de Le Goff que ainda não havia sido traduzido para o português, “Os Limbos”, a publicação reúne vários textos inéditos de medievalistas brasileiros sobre o historiador, bem como recensões críticas de quatro livros dele e de outros dois escritos ou organizados em colaboração com outros autores.

Imperdível é o texto do professor Hilário Franco Júnior, da Universidade de São Paulo, “O fogo de Prometeu e o escudo de Perseu”, em que o autor destaca as observações teóricas de Le Goff sobre mentalidades e imaginário, destacando, porém, que, cerca de um quarto de século depois de suas formulações, elas merecem ser revistas à luz de um contexto historiográfico, diferente e de novos conhecimentos tanto das Ciências Humanas quanto das Naturais.

Para o historiador, é fundamental não perder de vista que os imaginários não são categorias autônomas e que é preciso examinar as formas de apropriação social do material mental historicizado pelos imaginários. “Isolada, a história da mentalidade não é factível”, diz. “Metodologicamente, porque se sabemos hoje que mesmo nas Ciências Naturais a observação altera o objeto observado, no caso da mentalidade as intermediações até seu observador são tantas que se trata mais da história de um olhar sobre outros olhares do que da história de um objeto rigorosamente delimitável. Empiricamente, porque buscar a mentalidade pode significar o olhar de Medusa sobre o pesquisador, que na procura daquele material profundo, inconsciente, em parte ainda seu, arrisca se psicotizar”.

Em “Entre onças e barbatões: as maravilhas caboclas de José de Alencar”, a professora Lênia Márcia Mongelli, da Universidade de São Paulo, utiliza as propostas metodológicas de Le Goff para examinar a ficção do escritor maranhense, cujo principal defeito tem sido considerado o apelo excessivo a situações fantásticas. E discute as controvérsias centradas nos romances de Alencar, especialmente *O sertanejo* (1875), que recriam o imaginário cavaleiresco da Idade Média.

Já João Luppi, da Universidade Federal de Santa Catarina, em “Os intelectuais de Alexandria”, lembra que Jacques Le Goff definiu os intelectuais na Idade Média como cientistas e professores engajados na tríplice ação de pesquisa independente, amor aos livros e debate com alunos. Em seu trabalho, Luppi pergunta se esse modelo deve ser entendido como uma generalidade

com alunos. E questiona se esse modelo deve ser entendido como uma generalidade restrita no tempo e no espaço, como um tipo ideal aplicável a muitos outros grupos ou como um protótipo com inúmeras variantes.

Examinando os intelectuais da cidade de Alexandria, desde o tempo do Museu até os últimos cientistas pagãos, particularmente Filon, no meio judaico, Orígenes, como mestre cristão, e Hipátia, representante das mulheres, Luppi conclui que o modelo de Le Goff parece que pode ser tomado sobretudo como uma referência para todos os tipos de intelectuais, pelo menos na cultura ocidental.

Em “Os Limbos”, artigo publicado originalmente em 1986 na *Nouvelle Revue de Psychanalyse* e republicado recentemente na coletânea *Un autre Moyen Age* (1999), o homenageado Jacques Le Goff dá continuidade a uma inquirição inaugurada por *O nascimento do Purgatório*, livro de 1981, e discute o aparecimento do Limbo como lugar de espera, ao lado do Purgatório, para os dois lugares de morada eterna, Paraíso e Inferno. Lembra que, pela primeira vez, falou-se em Limbo em 1794, quando o Papa Pio VI condenou os rigoristas por meio da bula *Auctorem Fidei*, dizendo que “é legítimo crer na existência de um Limbo para crianças, no qual aqueles que morrem apenas com o pecado original são punidos com a pena da privação, sem a pena do fogo”.

Diz Le Goff que, diferente do Purgatório, proclamado como dogma pelo Segundo Concílio de Lyon em 1274, os Limbos jamais foram objeto de uma definição dogmática. E lembra que a constituição *Sobre a doutrina católica*, preparada em 1870 pelo Concílio Vaticano I, dizia, na linha de Tomás de Aquino e de Pio VI, que “todos os que morrem em estado de pecado mortal serão excluídos do reino de Deus e sofrerão pela eternidade o tormento do Inferno, no qual não há qualquer redenção; e os que morrem apenas com o pecado original serão privados da visão beatífica”.

Le Goff, além de insistir nas contradições em que se fundamenta a teoria dos Limbos, sobretudo a dos Limbos das crianças, denuncia uma contradição antropológica: que sentido pode ter a noção de uma espera eterna? Uma espera neutra não tem sentido, argumenta, lembrando que Dante, na *Divina Comédia*, esforçou-se para expressar poeticamente a quietude de uma espera sem esperança, colocando em seu Limbo “sua própria angústia e uma fresta de luz”.

Adelto Gonçalves é doutor em Letras na área de Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo e autor de *Gonzaga, um Poeta do Iluminismo* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999), *Barcelona Brasileira* (Lisboa, Nova Arrancada, 1999; São Paulo, Publisher Brasil, 2003) e *Bocage – o Perfil Perdido* (Lisboa, Caminho, 2003). E-mail: marilizadelto@uol.com.br